Introdução

O presente trabalho é fruto de pesquisas na área de direito e gênero, especificamente no processo de conquistas de direitos das mulheres, atrelado ao desenvolvimento de diferentes teorias sobre o gênero, que permitiram a expansão dos debates nas teorias feministas, observando as várias vertentes do feminismo. O interesse e o estudo do desenvolvimento dos movimentos feministas, bem como suas formas de atuação, tiveram início de forma sistemática ao longo da realização do mestrado, a partir do encontro entre dois autores, que não tratavam do mesmo tema: Antônio Negri e Judith Butler. A dedicação ao primeiro autor ocorreu a partir da obra “Poder Constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade”, cujo objetivo era entender a forma em que os processos revolucionários, a partir do início da Modernidade, se iniciavam e eram interrompidos pelo chamado poder constituído, ou seja, aqueles poderes que refreavam as lutas por liberação e por expansão de direitos. Naquela época, percebeu-se a possibilidade de se conjugar os interesses entre esse autor e os movimentos feministas.

Ao examinar os mecanismos pelos quais o poder constituinte avançava e o poder constituído impedia seus avanços, Antonio Negri percorria as revoluções ocorridas ao longo da Modernidade. Porém, esse autor não dedicou nenhum momento à análise de qualquer movimento feminista, apesar de algumas mulheres feministas terem participado tanto dos processos revolucionários nos Estados Unidos quanto na França, sendo essas duas revoluções marcos também para o início das lutas feministas. Por esse motivo, a dissertação de mestrado foi dedicada à investigação desses mesmos processos revolucionários em relação aos direitos das mulheres e a constituição dos movimentos feministas, na medida em que essas mulheres percebiam que as suas demandas por igualdade de direitos entre os sexos não conseguiam espaço. Nesses termos, utilizou-se a metodologia desenvolvida por Negri para observar a constituição do movimento feminista. A teoria de Butler sobre atos performativos foi utilizada como uma perspectiva de processo de retomada de conquistas de direitos a partir da perspectiva de gênero. Butler apresentava uma proposta diferente, pensando o gênero como algo construído a partir dos chamados atos performativos, ao mesmo tempo que fazia críticas à afirmação da identidade. Para essa autora, tal afirmação, como categoria

para se conquistar direitos, implicava na repetição do mesmo processo de exclusão enfrentado pelas minorias. Nesses termos, a autora ressaltava a necessidade de se pensar essas lutas minoritárias a partir, minimamente, de um uso estratégico da identidade, considerando que esta sempre poderia ser revista de acordo com as necessidades dos movimentos minoritários, especialmente do movimento feminista.

A pretensão no doutorado foi, no primeiro momento, aprofundar o entendimento sobre esses atos performativos, resgatando a origem desse conceito na filosofia da linguagem. Ao entender a proposta a partir da obra de J. L. Austin, o teórico essencial na compreensão desse conceito, foi possível apreender também o uso que Judith Butler fazia dos atos performativos na constituição e na perpetuação dos gêneros, assim como foi viável, inclusive, realizar algumas críticas às conclusões da autora. Além disso, pretendeu-se utilizar os atos performativos para compreender como a figura da mulher brasileira foi forjada com recursos da linguagem, e, da mesma forma, como o feminismo se apropriou dessa figura para subvertê-la e para lutar por direitos. Nesse sentido, foi necessário passar pelo momento em que a identidade da mulher brasileira “moderna” começou a ser construída, pois foi a partir desse momento que as feministas também começaram a surgir no Brasil, salvo exemplos pontuais.

O presente trabalho está estruturado em duas partes. A primeira parte é composta pelo primeiro e pelo segundo capítulos e é dedicada aos pressupostos teóricos necessários para se ingressar nos temas tratados em algumas das Subcomissões da Assembleia Constituinte. O primeiro capítulo é voltado para o exame dos atos performativos e o segundo capítulo é dedicado à análise da constituição das performances de gênero no país, bem como à apropriação dessas performances por parte das feministas, chegando até o momento em que o feminismo estava consolidado como um dos principais movimentos minoritários que se manifestaram na Assembleia Constituinte. A segunda parte da tese é dedicada à Constituinte e é composta pelos capítulos três, quatro, cinco, seis e sete. O terceiro voltado para a explicação dos critérios para a escolha das Subcomissões que foram analisadas e o quarto capítulo voltado para um breve exame das Constituintes que compuseram a “Bancada Feminina. O quarto, o quinto e o sexto foram dedicados aos debates nas Subcomissões dos Direitos e Garantias Individuais e Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do

Homem e da Mulher, as três Subcomissões que compuseram a Comissão da Ordem Social e a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, com breve comentário sobre a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. O sétimo capítulo aponta algumas retomadas recentes de temas que foram debatidos na Constituinte.

O primeiro capítulo, portanto, ocupa-se da análise da teoria de Austin sobre a noção de atos performativos. A escolha desse autor é fundada não só na sua importância para a filosofia da linguagem, especialmente no que diz respeito ao conceito de atos performativos, mas também no fato de que é na sua obra que Judith Butler vai buscar os fundamentos para criticar a noção de identidade. Se a teoria de Austin é responsável pela ruptura das barreiras entre linguagem e filosofia, tal ruptura pode ser promovida também nas barreiras entre o direito e as disputas políticas, especialmente quando se observa a elaboração das normas em geral, uma vez que caberá aos que trabalham com o Direito a função de lidar com essas normas originadas por disputas. Essa ruptura tem como objetivo deixar claro que as normas produzidas estão longe de serem desprovidas de qualquer valor. Não há neutralidade em uma norma, menos ainda no processo de sua elaboração. Deve-se reconhecer, na verdade, os interesses em disputa. Esse tipo de entendimento é fundamental para se compreender o processo de elaboração da Constituição de 1988, e o que estava em jogo na Assembleia Constituinte, especialmente no que se refere aos direitos das mulheres. Porém, é preciso ainda ressaltar que esse processo de disputa de valores e de conceitos não se encerrou com a Constituinte. Os conflitos continuam instaurados em relação a esses direitos. E tal fato não pode ser considerado ruim, ao contrário, é justamente a possibilidade de assumir a dimensão conflitiva que permite a expansão da democracia e dos direitos estabelecidos na Constituição de 1988.

Ingressar no tema dos atos performativos possibilitou o entendimento sobre como as performances são responsáveis pela consagração das estruturas de gênero e como elas se perpetuam através de ritos e práticas sociais. O objetivo do segundo capítulo é examinar a forma pela qual esses processos instituíram os paradigmas de gênero no Brasil, especialmente como surgiu o ideal de mulher brasileira, o momento em que ela foi forjada, seus papéis instaurados e sua atuação limitada por contornos que se perpetuam até os dias atuais.

É de se observar que, nesse momento, realizou-se uma clara opção metodológica. Se a tese versa sobre a análise do feminismo, sem deixar de lado a sua consideração como movimento minoritário revolucionário, entendeu-se como lógico dar voz a quem participou dessa luta, mas teve seu espaço cerceado na história. Por isso, preferiu-se utilizar bibliografia específica sobre a história das mulheres no Brasil, especialmente aquela produzida por mulheres feministas. Tal opção é justificável na medida em que elas possuem produção específica no tema de interesse da tese. Gênero é o tema central, e isso não implica em ignorar a importância de outras perspectivas, só implica em assumir que no presente trabalho a perspectiva é a de gênero. Ressalte-se, então, que o segundo capítulo versa sobre uma, ainda que breve, historiografia do feminismo do Brasil, mais precisamente, sobre a formação do imaginário existente em torno da noção de “mulher” no Brasil e como esse imaginário chegou até a Assembleia Constituinte de 1987-1988.

É interessante perceber como questões ainda tratadas como da ordem da natureza ingressaram nos discursos proferidos pela imprensa cujo público alvo era a nova mulher, com a valorização de suas funções típicas ou naturais. Dessa forma, será possível sair do plano teórico, tratado ao longo do primeiro capítulo, para a observância dessas práticas sociais específicas. Entendendo-se como os atos performativos colaboraram para a construção de um ideário de “Mulher”, e como esse ideário chegou à Assembleia Constituinte de 1987-1988, chega a hora de, a partir do terceiro capítulo, realizar a análise dos debates ocorridos nas subcomissões e comissões temáticas que versaram sobre a questão de gênero.

A escolha pelas Comissões e Subcomissões se deu porque foi ali que a sociedade civil teve a oportunidade de se manifestar, possibilitando que se confrontassem as suas demandas com a resposta dos Constituintes, ainda que o resultado desse embate não tenha necessariamente se verificado no texto constitucional. Nesses termos, foram selecionadas as Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, com a respectiva Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, a Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente e a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, que compuseram a Comissão da Ordem Social e, por fim, a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, pertencente à Comissão da

Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Essas Subcomissões foram selecionadas seguindo os dispositivos da Constituição de 1988 que trazem direitos das mulheres, ou envolvem questões de gênero. Nesse terreno foi possível, mais do que seria na análise da comissão de sistematização e das plenárias, propositalmente deixadas de lado, perceber as disputas em torno dos direitos da mulher e a influência dos atos performativos e do imaginário existente na definição desses enfrentamentos.

Por fim, analisa-se o resultado dos debates no corpo do texto constitucional, sendo importante observar que nem todos os temas, mesmo os exaustivamente discutidos, fizeram parte da redação final. Apesar disso, não se afirma que a luta em torno deles ali se encerrou. Como tentativa de demonstrar isso, elegeram-se alguns projetos de lei atualmente em tramitação no Congresso Nacional que, não só retomam esses temas interrompidos, mas também, permitem a análise da permanência ou não dos estereótipos de gênero outrora afirmados.